

# ESCOLA DE FÉ E CIDADANIA SÃO ROMERO



*Escritos sobre a  
Dimensão social da Fé*



## TEXTO 1

### **A dimensão política da fé dentro da perspectiva da opção pelos pobres** *Santo Oscar Romero, Bélgica, 2 de fev. de 1980*

Devemos esclarecer, desde o princípio, que a fé cristã e a atividade da Igreja sempre tiveram repercussões sociopolíticas. Por comissão ou omissão, associando-se a um ou outro grupo social, os cristãos sempre exerceram influência no esquema sociopolítico do mundo em que viveram. O problema reside no “agora” desta influência no mundo sociopolítico, para verificar se ela está ou não de acordo com a fé [...].

Este mundo dos pobres é a chave para a compreensão da fé cristã, para a compreensão da atividade da Igreja e da dimensão política desta fé e desta atividade eclesial. São os pobres que nos dizem o que o mundo é e o que o serviço da Igreja ao mundo deveria ser. São os pobres que nos dizem o que a *pólis* é, o que a cidade é e o que significa para a Igreja realmente viver neste mundo [...].

Esta aproximação do mundo dos pobres é o que compreendo como encarnação e conversão. As mudanças necessárias no seio da Igreja e no seu apostolado, na educação, na vida religiosa e sacerdotal, nos movimentos leigos, que não haviam sido alcançadas simplesmente por um olhar dirigido para dentro da Igreja, estamos realizando agora voltando-nos para fora, para o mundo dos pobres.

Nosso encontro com os pobres restituiu-nos a verdade central do Evangelho, por meio do qual a palavra de Deus nos impele à conversão. A Igreja tem de proclamar a Boa Nova aos pobres. Aqueles que, em termos deste mundo, ouviram más notícias e chegaram a viver as piores realidades, agora estão escutando, através da Igreja, a palavra de Jesus: “O Reino de Deus está próximo, bem-aventurados vós que sois pobres, porque o Reino de Deus é vosso”. E, por isso, também eles têm uma Boa Nova a proclamar aos ricos: estes, igualmente, precisam tornar-se pobres para participar dos benefícios do Reino com os pobres [...].

Esta defesa dos pobres em um mundo cheio de conflitos provocou algo novo na história recente de nossa Igreja: perseguição. Vós conheceis os fatos mais importantes. Em menos de três anos, mais de cinquenta padres foram agredidos, ameaçados, caluniados. Seis deles já são mártires — foram assassinados. Alguns foram torturados e outros expulsos. As religiosas

também têm sido perseguidas. A estação de rádio arquidiocesana e as instituições educacionais católicas ou de inspiração cristã foram atacadas, ameaçadas, intimidadas, até bombardeadas. Diversas comunidades paroquiais foram fechadas.

Se tudo isto aconteceu com pessoas que são os representantes mais evidentes da Igreja, bem podeis imaginar o que ocorreu com os cristãos comuns, com os camponeses, os catequistas, os ministros leigos e com as comunidades eclesiais de base. Houve centenas e milhares de ameaças, prisões, torturas, assassinios. Como sempre, mesmo na perseguição, entre os cristãos foram os pobres os que mais sofreram.

É, pois, um fato indiscutível que, nos últimos três anos, nossa Igreja tem sido perseguida. Mas é importante observar por que ela tem sido perseguida. Nem todos os padres foram perseguidos, nem todas as instituições foram atacadas. Foi atacada e perseguida a parte da Igreja que se colocou do lado do povo e que se dispôs a defender o povo [...].

A dimensão política da fé nada mais é do que a resposta da Igreja às exigências a ela feitas pelo mundo sociopolítico real em que ela existe. O que redescobrimos é que esta constitui uma exigência fundamental para a fé, e que a Igreja não pode ignorá-la. Isto não quer dizer que a Igreja devesse considerar-se uma instituição política, que entrasse em competição com outras instituições políticas, ou que ela disponha de processos políticos próprios. Nem, muito menos, quer dizer que nossa Igreja esteja procurando lideranças políticas. Falo de algo mais profundo, algo mais de acordo com o Evangelho. Falo da opção autêntica pelos pobres, da encarnação no seu mundo, na proclamação

da Boa Nova a eles, de dar-lhes esperança, de encorajá-los e estimulá-los a se comprometerem com uma praxe libertadora, de defendê-los em sua causa e de compartilhar do seu destino [...].

Falo de encarnação que é preferencial e parcial: encarnação no mundo dos pobres. Partindo desta perspectiva, a Igreja se tornará Igreja para todos. Ela prestará serviço também aos poderosos, através do apostolado de conversão — mas não de maneira contrária, como tantas vezes aconteceu no passado [...].

Os cristãos primitivos costumavam dizer: *Gloria Dei, vivens homo* (“a glória de Deus é a pessoa viva”). Poderíamos tornar isto ainda mais

concreto dizendo: *Gloria Dei, vivens pauper* (“a glória de Deus é o pobre vivo”) [...].

## TEXTO 2

### **Bíblia e Moral: Raízes bíblicas do agir cristão**

*Documento da Pontifícia Comissão Bíblica, 2008, n 33.*

As leis apodícticas do Código da Aliança, do Código Deuteronômico e da Lei de Santidade concordam em estabelecer medidas destinadas a evitar a escravidão dos mais pobres, tomando em consideração ainda a remissão periódica de suas dívidas. Essas disposições têm às vezes uma dimensão utópica, como a lei sobre o ano sabático (Ex 23,10-11), ou a lei sobre o ano jubilar (Lv 25,8-17). Todavia, apontando à sociedade israelita o objetivo de combater e de vencer a pobreza, permanecem realistas quanto à dificuldade dessa luta (c. Dt 15,4 e Dt 15,11). A luta contra a pobreza pressupõe a realização de uma justiça honesta e imparcial (cf. Ex 23,1-8; Dt 16,18-20). Ela se exerce em nome do próprio Deus. Diversas linhas teológicas empenham-se para fundamentá-la: as leis apodícticas do Código da Aliança retomam a intuição profética da proximidade de Deus em relação aos mais pobres. O Deuteronômio, por seu lado, insiste sobre o estatuto particular da terra confiada por Deus aos israelitas: Israel, beneficiário da bênção divina, não é o proprietário absoluto da terra, mas é seu usufrutuário (cf. Dt 6,10-11). Por isso, a realização da justiça social aparece como a resposta de fé de Israel ao dom de Deus (cf. Dt 15,1-11): a lei regula o uso do dom e recorda a soberania de Deus sobre a terra.

## TEXTO 3

### **O primeiro impacto: Esgotou-se o prazo! Reino chegou!**

*Frei Carlos Mesters, Com Jesus na contramão, p. 60-62.*

Por mais de quinze vezes, o evangelho de Marcos diz que Jesus ensinava. Mas quase nunca diz o que ele ensinava. Será que Marcos não se interessava pelo conteúdo? Depende do que a gente entende por conteúdo!

Em primeiro lugar, o conteúdo nunca está desligado da pessoa que o comunica. Jesus era uma pessoa acolhedora (Mc 6,34). Queria bem ao povo. À bondade e o amor que transparecem nas suas palavras fazem parte do

conteúdo. São o seu tempero. Conteúdo bom sem bondade é como leite derramado.

Em segundo lugar, Marcos define o conteúdo do ensino de Jesus como “Boa Nova de Deus” (Mc 1,14). A Boa Nova vem de Deus e revela algo sobre Deus. Faz saber que Deus é Pai. Em tudo que Jesus diz e faz transparecem os traços do rosto de Deus. Transparece a experiência que ele mesmo tem de Deus como Pai. Revelar Deus, como Pai é a fonte e o destino da Boa Nova de Jesus.

Em terceiro lugar, o conteúdo que Jesus tem para comunicar transparece não só nas palavras mas também nos gestos e no próprio jeito de ele se relacionar com o povo.

Lendo assim o evangelho de Marcos, apesar de não ter muito discurso, tudo nele se transforma num grande “ensinamento novo, dado com autoridade” (Mc 1,22.27) que nos revela a presença do Reino no meio do povo:

- ✓ o perdão de Deus está sempre aí, já não depende do templo (Mc 2,5-12);
- ✓ ninguém pode ser excluído da comunhão de mesa (Mc 2,15-17);
- ✓ e o jejum e outras práticas antigas devem ser relativizadas (Mc 2,18-22);
- ✓ a Lei de Deus deve ser interpretada a serviço da vida (Mc 2,23-28);
- ✓ o poder do mal não pode nada, o poder de Deus é maior (Mc 3,23-30);
- ✓ para ser do povo de Deus basta uma coisa só: fazer a vontade de Deus (Mc 3,3 1-34);
- ✓ o que importa é afastar o medo e ter fé em Deus (Mc 4,40);
- ✓ é através da fé no amor de Deus que nos vem à pureza (Mc 5,34) e a vida (Mc 5,36);
- ✓ o anúncio da Boa Nova se faz pelo testemunho e não pelo uso do poder (Mc 6,7-13);
- ✓ o Reino acontece quando se partilha com os pobres o pouco que se tem (Mc 6,30-44).

Estas são algumas dicas tiradas de apenas seis capítulos do evangelho de Marcos. Você mesmo pode continuar e completar. Realmente, o ensino de Jesus era diferente do ensino dos escribas. Era uma Boa Nova para o povo: “Vocês todos que estão cansados debaixo do peso, vinde a mim, e eu lhes

darei descanso!” (Mt 11,28). Jesus revelava um novo rosto de Deus, em que o povo se reconhecia e com que se alegrava. “Pai, eu te agradeço, porque escondeste estas coisas aos sábios e entendidos, e as revelaste aos pequenos. Sim, Pai, assim foi do teu agrado” (Mt 11,25).

## TEXTO 4

### Profeta do Reino de Deus

*José Antônio Pagola, Jesus: Aproximação histórica, p. 130-132*

Jesus não exclui ninguém. À todos anuncia a boa notícia de Deus, mas esta notícia não pode ser ouvida por todos da mesma maneira. Todos podem entrar em seu reino, mas nem todos da mesma maneira, porque a misericórdia de Deus está urgindo antes de mais nada que se faça justiça aos mais pobres e humilhados. Por isso a vinda de Deus é uma sorte para os que vivem explorados, enquanto se transforma em ameaça para os causadores dessa exploração.

Jesus declara de maneira categórica que o reino de Deus é para os pobres. Ele tem diante dos olhos aquelas pessoas que vivem humilhadas em suas aldeias, sem poder defender-se dos poderosos latifundiários; conhece bem a fome daquelas crianças desnutridas; viu chorar de raiva e impotência aqueles camponeses quando os arrecadadores de impostos levavam para Séforis ou Tiberíades o melhor de suas colheitas. São eles os que precisam ouvir, antes de mais ninguém, a notícia do reino: “Felizes vós que não tendes nada, porque vosso é o reino de Deus; felizes vós que agora tendes fome, porque sereis saciados; felizes vós que agora chorais, porque rireis”, Jesus declara-os felizes, inclusive no meio dessa situação injusta que padecem, não porque logo serão ricos

como os grandes proprietários daquelas terras, mas porque Deus já está vindo para suprimir a miséria, acabar com a fome e fazer aflorar o sorriso em seus lábios. Ele se alegra com eles já desde agora. Não os convida à resignação, mas à esperança. Não quer que alimentem falsas ilusões, mas que recuperem sua dignidade. Todos precisam saber que Deus é o defensor dos pobres. Estes são seus preferidos. Se seu reinado for acolhido, tudo mudará para bem dos últimos. Esta é a fé de Jesus, sua paixão e sua luta.

Jesus não fala da “pobreza” abstratamente, mas daqueles pobres com os quais trata enquanto percorre as aldeias. Famílias que sobrevivem miseravelmente, pessoas que lutam para não perder suas terras e sua honra,

crianças ameaçadas pela fome e pela doença, prostitutas e mendigos desprezados por todos, enfermos e endemoninhados aos quais se nega o mínimo de dignidade, leprosos marginalizados pela sociedade e pela religião. Aldeias inteiras que vivem sob a opressão das elites urbanas, sofrendo o desprezo e a humilhação. Homens e mulheres sem possibilidades de um futuro melhor. Por que o reino de Deus constituirá uma boa notícia para estes pobres? Por que serão eles os privilegiados? Porventura Deus não é neutro? Não ama a todos por igual? Se Jesus tivesse dito que o reino de Deus chegava para tornar felizes os justos, teria tido sua lógica e todos o teriam entendido, mas que Deus esteja a favor dos pobres, sem levar em conta seu comportamento moral, resulta escandaloso. Será que os pobres são melhores do que os outros, para merecerem tratamento privilegiado dentro do reino de Deus?

Jesus nunca louvou os pobres por suas virtudes ou qualidades. Provavelmente aqueles camponeses não eram melhores do que os poderosos que os oprimiam; também eles abusavam de outros mais fracos e exigiam o pagamento das dívidas sem compaixão alguma. Ao proclamar as bem-aventuranças, Jesus não diz que os pobres são bons ou virtuosos, mas que estão sofrendo injusta mente. Se Deus se põe do lado deles, não é porque o mereçam, mas porque precisam. Deus, Pai misericordioso de todos, não pode reinar senão fazendo justiça sobretudo àqueles a quem ninguém a faz. É isto que desperta uma alegria grande em Jesus: Deus defende aqueles que ninguém defende!

## TEXTO 5

### **Participação dos bens privados**

*São Basílio Magno, Homilia sobre Lucas, 12, p. 35-36*

“O que faço de errado, diz ele, guardando o que é meu?” Dize-me, de que modo é teu? Donde tiraste, tomando-o para teu sustento? É como alguém que, indo ao teatro, se apoderasse do espetáculo e quisesse excluir os que entrassem depois, pretendendo ser só seu aquilo que é comum a todos os que se apresentam, conforme lhes parece bem. Assim são os ricos. Pois, apoderando-se primeiro do que é de todos, tudo tomam para si por uma falsa ideia. Se cada um tirasse para si o que lhe é necessário e entregasse ao indigente o que sobra, ninguém seria rico, ninguém pobre. Não saíste nu do



útero e não retornarás nu para a terra (Jó 1,21)? Os bens que possuis, de onde vêm? Se dizes que provêm do acaso, és ímpio, não reconhecendo o Criador e não dando graças ao doador.

Se, ao invés, admites que são de Deus, dize-me por que os recebeste. É talvez injusto Deus, que nos distribui os meios de subsistência de modo desigual? Por que tu és rico e aquele é pobre? Certamente para que tu pudesses receber a recompensa da bondade da fiel administração e aquele pudesse conseguir o magnífico prêmio da paciência. E tu, enquanto procuras abarcar tudo nos insaciáveis ventres da avareza, julgas não fazer injustiça a ninguém, privando tanta gente do necessário? Quem é o avarento? Aquele que não se contenta com aquilo que lhe é suficiente. Quem é o ladrão? Quem tira aquilo que é de outro. Não és avaro? Não és ladrão, tu que fazes tua propriedade que recebeste para administrar? Quem espolia alguém que está vestido é tido como ladrão; e quem, podendo fazê-lo, não reveste quem está nu merecerá outro nome? O pão que tu reténs pertence ao faminto, o manto que guardas no armário é de quem está nu; os sapatos que apodrecem em tua casa pertencem ao descalço; o dinheiro que tens enterrado é do necessitado. Porque tantos são aqueles aos quais fazes injustiças, quantos aqueles que poderias socorrer.

## TEXTO 6

### **A riqueza não é para Deus, mas para os pobres**

*São João Crisóstomo, Homilia 50 sobre São Mateus*

Se quiserdes honrar deveras o corpo de Cristo, não consentais que esteja nu. Não o honreis aqui com vestes de seda, enquanto que fora o deixares perecer de frio e nudez. Porque o mesmo que diz ‘este é meu corpo’, é quem disse ‘me vestes faminto e não me destes de comer’. E sua palavra fundamenta nossa fé... O sacramento não precisa de preciosas toalhas, mas de almas puras. Ao invés, os pobres sim, que requerem muito cuidado. Aprendamos, pois, a pensar com discernimento e a honrar a Cristo como ele quer ser honrado... Assim, pois, dá ao Senhor a honra que ele mesmo quer, empregando tuas riquezas nos pobres. Porque Deus não tem necessidade de vasos de ouro, mas de almas de ouro.

## TEXTO 7

### **Os bens da Igreja são para os pobres e não para os edifícios**

*Santo Ambrósio, Sobre os deveres dos ministros da Igreja.*

Aquele que enviou sem ouro os apóstolos (cf. Mt 10,9) fundou também a Igreja sem ouro. A Igreja possui ouro não para tê-lo guardado, mas para distribuí-lo e socorrer aos necessitados. Pois, que necessidade existe de reservar o que, se se guarda, não é útil para nada?... Não é melhor que, se não há outros recursos, os sacerdotes fundam o ouro para o sustento dos pobres, a se apoderarem dele sacrilegamente os inimigos? Acaso nos dirá o Senhor: “Por que tendes tolerado que tantos pobres morressem de fome, quando possuíeis ouro para lhes buscar alimento? Por que tantos escravos foram vendidos e maltratados por seus inimigos sem que ninguém os tenha resgatado? Melhor teria sido conservar os tesouros vivos que os tesouros de metal!”. Esses argumentos são irrefutáveis. Pois, o que poderias objetar-me? Que temes que falte o adorno digno ao templo de Deus? O Senhor te contestará: “os mistérios da fé não requerem ouro, e o que não se pode comprar com ouro tão pouco se dignifica mais com ouro”. O ornato dos sacramentos é a redenção dos cativos.

## TEXTO 8

### **A ação da Igreja no mundo atual**

*Concílio Vaticano II, Constituição Gaudium et Spes, n 1, 43, 76.*

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens, que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para a comunicar a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao gênero humano e à sua história [...].

O Concílio exorta os cristãos, cidadãos de ambas as cidades, a que procurem cumprir fielmente os seus deveres terrenos, guiados pelo espírito do Evangelho. Afastam-se da verdade os que, sabendo que não temos aqui

na terra uma cidade permanente, mas que vamos em demanda da futura, pensam que podem por isso descuidar os seus deveres terrenos, sem atenderem a que a própria fé ainda os obriga mais a cumpri-los, segundo a vocação própria de cada um. Mas não menos erram os que, pelo contrário, opinam poder entregar-se às ocupações terrenas, como se estas fossem inteiramente alheias à vida religiosa, a qual pensam consistir apenas no cumprimento dos atos de culto e de certos deveres morais. Este divórcio entre a fé que professam e o comportamento quotidiano de muitos deve ser contado entre os mais graves erros do nosso tempo [...].

A Igreja que, em razão da sua missão e competência, de modo algum se confunde com a sociedade nem está ligada a qualquer sistema político determinado, é ao mesmo tempo o sinal e salvaguarda da transcendência da pessoa humana [...].

Porém, sempre lhe deve ser permitido pregar com verdadeira liberdade a fé; ensinar a sua doutrina acerca da sociedade; exercer sem entraves a própria missão entre os homens; e pronunciar o seu juízo moral mesmo acerca das realidades políticas, sempre que os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas o exigirem e utilizando todos e só aqueles meios que são conformes com o Evangelho e, segundo a variedade dos tempos e circunstâncias, são para o bem de todos.

## TEXTO 9

### **A Igreja, sociedade visível e espiritual**

*Concílio Vaticano II, Constituição Lumen Gentium, n 8.*

Assim como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, assim a Igreja é chamada a seguir pelo mesmo caminho para comunicar aos homens os frutos da salvação. Cristo Jesus «que era de condição divina... despojou-se de si próprio tomando a condição de escravo (Fl 2, 6-7) e por nós, «sendo rico, fez-se pobre» (2Cor 8,9): assim também a Igreja, embora necessite dos meios humanos para o prosseguimento da sua missão, não foi constituída para alcançar a glória terrestre, mas para divulgar a humildade e abnegação, também com o seu exemplo. Cristo foi enviado pelo Pai « a evangelizar os pobres... a sarar os contritos de coração» (Lc 4,18), «a procurar e salvar o que perecera» (Lc 19,10). De igual modo, a Igreja abraça com amor todos os afligidos pela enfermidade humana; mais

ainda, reconhece nos pobres e nos que sofrem a imagem do seu fundador pobre e sofredor, procura aliviar as suas necessidades, e intenta servir neles a Cristo. Enquanto Cristo «santo, inocente, imaculado» (Hb 7,26), não conheceu o pecado (cf. 2Cor 5,21), mas veio apenas expiar os pecados do povo (Hb 2,17), a Igreja, contendo pecadores no seu próprio seio, simultaneamente santa e sempre necessitada de purificação, exercita continuamente a penitência e a renovação.

## **TEXTO 10**

### **Pacto das catacumbas da Igreja serva e pobre**

*Texto assinado em 16 de nov. de 1965 por certa de 40 bispos no Concílio Vaticano II e depois assinado por cerca de 500 bispos.*

Nós, Bispos, reunidos no Concílio Vaticano II, esclarecidos sobre as deficiências de nossa vida de pobreza segundo o Evangelho; incentivados uns pelos outros, numa iniciativa em que cada um de nós quereria evitar a singularidade e a presunção; unidos a todos os nossos Irmãos no Episcopado; contando sobretudo com a graça e a força de Nosso Senhor Jesus Cristo, com a oração dos fiéis e dos sacerdotes de nossas respectivas dioceses; colocando-nos, pelo pensamento e pela oração, diante da Trindade, diante da Igreja de Cristo e diante dos sacerdotes e dos fiéis de nossas dioceses, na humildade e na consciência de nossa fraqueza, mas também com toda a determinação e toda a força de que Deus nos quer dar a graça, comprometemo-nos ao que se segue:

1) Procuraremos viver segundo o modo ordinário da nossa população, no que concerne à habitação, à alimentação, aos meios de locomoção e a tudo que daí se segue. Cf. Mt 5,3; 6,33s; 8,20.

2) Para sempre renunciemos à aparência e à realidade da riqueza, especialmente no traje (fazendas ricas, cores berrantes), nas insígnias de matéria preciosa (devem esses signos ser, com efeito, evangélicos). Cf. Mc 6,9; Mt 10,9s; At 3,6. Nem ouro nem prata.

3) Não possuiremos nem imóveis, nem móveis, nem conta em banco, etc., em nosso próprio nome; e, se for preciso possuir, poremos tudo no nome da diocese, ou das obras sociais ou caritativas. Cf. Mt 6,19-21; Lc 12,33s.

4) Cada vez que for possível, confiaremos a gestão financeira e material em nossa diocese a uma comissão de leigos competentes e cônscios

do seu papel apostólico, em mira a sermos menos administradores do que pastores e apóstolos. Cf. Mt 10,8; At. 6,1-7.

5) Recusamos ser chamados, oralmente ou por escrito, com nomes e títulos que signifiquem a grandeza e o poder (Eminência, Excelência, Monsenhor...). Preferimos ser chamados com o nome evangélico de Padre. Cf. Mt 20,25-28; 23,6-11; Jo 13,12-15.

6) No nosso comportamento, nas nossas relações sociais, evitaremos aquilo que pode parecer conferir privilégios, prioridades ou mesmo uma preferência qualquer aos ricos e aos poderosos (ex.: banquetes oferecidos ou aceitos, classes nos serviços religiosos). Cf. Lc 13,12-14; 1Cor 9,14-19.

7) Do mesmo modo, evitaremos incentivar ou lisonjear a vaidade de quem quer que seja, com vistas a recompensar ou a solicitar dádivas, ou por qualquer outra razão. Convidaremos nossos fiéis a considerarem as suas dádivas como uma participação normal no culto, no apostolado e na ação social. Cf. Mt 6,2-4; Lc 15,9-13; 2Cor 12,4.

8) Daremos tudo o que for necessário de nosso tempo, reflexão, coração, meios, etc., ao serviço apostólico e pastoral das pessoas e dos grupos laboriosos e economicamente fracos e subdesenvolvidos, sem que isso prejudique as outras pessoas e grupos da diocese. Ampararemos os leigos, religiosos, diáconos ou sacerdotes que o Senhor chama a evangelizarem os pobres e os operários compartilhando a vida operária e o trabalho. Cf. Lc 4,18s; Mc 6,4; Mt 11,4s; At 18,3s; 20,33-35; 1Cor 4,12 e 9,1-27.

9) Côncios das exigências da justiça e da caridade, e das suas relações mútuas, procuraremos transformar as obras de "beneficência" em obras sociais baseadas na caridade e na justiça, que levam em conta todos e todas as exigências, como um humilde serviço dos organismos públicos competentes. Cf. Mt 25,31-46; Lc 13,12-14 e 33s.

10) Poremos tudo em obra para que os responsáveis pelo nosso governo e pelos nossos serviços públicos decidam e ponham em prática as leis, as estruturas e as instituições sociais necessárias à justiça, à igualdade e ao desenvolvimento harmônico e total do homem todo em todos os homens, e, por aí, ao advento de uma outra ordem social, nova, digna dos filhos do homem e dos filhos de Deus. Cf. At. 2,44s; 4,32-35; 5,4; 2Cor 8 e 9 inteiros; 1Tim 5, 16.

11) Achando a colegialidade dos bispos sua realização a mais evangélica na assunção do encargo comum das massas humanas em estado de miséria física, cultural e moral - dois terços da humanidade - comprometemo-nos:

- a participarmos, conforme nossos meios, dos investimentos urgentes dos episcopados das nações pobres;

- a requerermos juntos ao plano dos organismos internacionais, mas testemunhando o Evangelho, como o fez o Papa Paulo VI na ONU, a adoção de estruturas econômicas e culturais que não mais fabriquem nações proletárias num mundo cada vez mais rico, mas sim permitam às massas pobres saírem de sua miséria.

12) Comprometemo-nos a partilhar, na caridade pastoral, nossa vida com nossos irmãos em Cristo, sacerdotes, religiosos e leigos, para que nosso ministério constitua um verdadeiro serviço; assim:

- esforçar-nos-emos para "revisar nossa vida" com eles;

- suscitaremos colaboradores para serem mais uns animadores segundo o Espírito, do que uns chefes segundo o mundo;

- procuraremos ser o mais humanamente presentes, acolhedores...;

- mostrar-nos-emos abertos a todos, seja qual for a sua religião. Cf. Mc 8,34s; At 6,1-7; 1Tim 3,8-10.

13) Tornados às nossas dioceses respectivas, daremos a conhecer aos nossos diocesanos a nossa resolução, rogando-lhes ajudar-nos por sua compreensão, seu concurso e suas preces.

**AJUDE-NOS DEUS A SERMOS FIÉIS.**

## **TEXTO 11**

### **Pobreza da Igreja**

*Documento de Medellín, cap. 14.*

Um surdo clamor nasce de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte. «Agora nos estais escutando em silêncio, mas ouvimos o grito que sobe de vosso sofrimento», disse o papa aos camponeses colombianos. E chegam igualmente até nós as queixas de que a hierarquia, o clero e os religiosos, são ricos e aliados dos ricos. Sobre isso devemos esclarecer que com muita frequência se confunde a aparência com a realidade. Muitos fatores têm

contribuído para a formação desta imagem de uma Igreja hierárquica rica. Os grandes edifícios, as residências dos párocos e religiosos, quando são superiores às dos bairros em que vivem; os veículos próprios, às vezes luxuosos; a maneira de vestir herdada de outras épocas, são alguns desses fatores [...].

Devemos distinguir: 1. A pobreza como carência dos bens deste mundo, necessários para uma vida humana digna é um mal em si. Os profetas a denunciam como contrária à vontade do Senhor e, muitas vezes, como fruto da injustiça e do pecado dos homens. 2. A pobreza espiritual, que é o tema dos pobres de Javé (cf. Sf 2,3; Magnificat). A pobreza espiritual é a atitude de abertura para Deus, a disponibilidade de quem tudo espera do Senhor (cf. Mt 5). Embora valorize os bens deste mundo, não se apega a eles e reconhece o valor superior dos bens do Reino (cf. Am 2,6-7; 4,1; 5,7; Jr 5,28; Mq 6,12-13; Is 10,2 etc.). 3. A pobreza como compromisso, assumida voluntariamente e por amor à condição dos necessitados deste mundo, para testemunhar o mal que ela representa e a liberdade espiritual frente aos bens do Reino. Continua, nisto, o exemplo de Cristo, que fez suas todas as consequências da condição pecadora dos homens (cf. Fl 2) e que sendo «rico se fez pobre» (2 Cor 8,9) para salvar-nos.

Neste contexto, uma Igreja pobre:

- Denuncia a carência injusta dos bens deste mundo e o pecado que a engendra.

- Prega e vive a pobreza espiritual como atitude de infância espiritual e abertura para o Senhor.

- Compromete-se ela mesma com a pobreza material. A pobreza da Igreja é, com efeito, uma constante na história da salvação [...].

O mandato particular do Senhor, que prevê a evangelização dos pobres, deve levar-nos a uma distribuição tal de esforços e de pessoal apostólico, que deve visar, preferencialmente, os setores mais pobres e necessitados e os povos segregados por uma causa ou outra, estimulando e acelerando as iniciativas e estudos que com esse fim se realizem.

Queremos, como bispos, nos aproximar cada vez com maior simplicidade e sincera fraternidade, dos pobres, tornando possível e acolhedor o seu acesso até nós. Devemos tornar mais aguda a consciência do dever de solidariedade para com os pobres; exigência da caridade. Esta

solidariedade implica em tornar nossos seus problemas e suas lutas e em saber falar por eles [...].

Desejamos que nossa habitação e estilo de vida sejam modestos; nossa indumentária, simples; nossas obras e instituições funcionais, sem aparato nem ostentação. Pedimos aos sacerdotes e fiéis que nos deem um tratamento que convenha à nossa missão de padres e pastores, pois desejamos renunciar a títulos honoríficos próprios de outras épocas.

## TEXTO 12

### **Eu ouvi os clamores do meu povo**

*Documento escrito por alguns bispos e superiores religiosos do Nordeste em 1973 denunciando a situação brasileira durante a ditadura militar*

Estas palavras do Êxodo, ditas por Deus a Moisés, dão bem, nesta hora, a medida dos nossos sentimentos. Diante do sofrimento da nossa gente, humilhada e oprimida, há tantos séculos em nosso País, vemo-nos convocados pela Palavra de Deus a tomar posição. Posição ao lado do povo. Posição juntamente com todos aqueles que, com o povo, se empenham pela sua verdadeira libertação [...].

Não se diga, entretanto, que não nos cabe falar concretamente da realidade humana, relegando-nos assim a um suposto plano espiritual. Para nós o plano espiritual abrange o homem todo, em todas as suas dimensões, desde que seja visto à luz do inapelável julgamento de Deus, e sob a ação totalizante do seu Espírito. É, pois, também nosso direito e nosso dever tratar, como Pastores, de problemas humanos; por conseguinte, de questões econômicas, políticas e sociais, na medida em que nelas o homem está em jogo e Deus está comprometido [...].

A própria imagem de Deus foi frequentemente deformada, e apresentada como a de um “Deus mágico”, substituindo o assumir do homem na sua responsabilidade histórica. O Deus que fez a Aliança com o seu povo foi apresentado como um Deus fora da história, descomprometido com a luta dos homens, sem levá-los, desde já, no mundo, a um compromisso pela salvação. Um Deus, afinal, irreconhecível pela Revelação evangélica da sua verdadeira face.



A Igreja, por sua vez, não raro, vem se ombreando com os detentores da dominação cultural, social, política. Muitas vezes ela se tem identificado mais com os dominadores do que com os dominados. Sua configuração piramidal fazia com que seus ministros falassem do alto dos púlpitos para um povo que os escutava passivamente. A Igreja, dentro da cultura dominante, tornou-se, então, assistencialista, atrasando, conseqüentemente, por vezes, a marcha do Povo para se libertar.

É nesta hora que nos devem valer a Palavra e a Graça do Salvador, Jesus Cristo. Ele chama a sua Igreja à conversão. Ele provoca com a sua graça, à fim de que seja antes, um fator de fermentação evangélica, na história dos homens, que um peso sociológico a mais, no jogo das potências deste mundo. “Lembra-te donde caíste, diz Jesus à Igreja. Arrepende-te, e retorna às tuas primeiras obras” (Ap 2, 5) [...].

Admitir a existência de condições de opressão como decorrência de imposições do destino ou de forças sobrenaturais, constitui atitude incompatível com a antropologia cristã. O fatalismo, instrumento de grande valia para os que lucram com o impingimento de falsas concepções da sociedade, distancia o homem da identificação das verdadeiras causas da opressão [...].

A Constituição está subjugada a um poder maior, o Ato Institucional nº 5, que coloca na mão do Executivo o poder total e supremo de decidir sobre qualquer questão na forma que entender. A autonomia dos demais poderes foi prejudicada em favor do Executivo. Os Partidos políticos carecem de autonomia para a tomada de decisões. Os canais de expressão da vontade popular foram supressos. O exercício da Presidência da República e dos Governos Estaduais é feito sem a base do mandato popular. A inviolabilidade do lar, o “habeas corpus”, o sigilo da correspondência, liberdades de imprensa, de reunião e de livre expressão do pensamento, são direitos que foram subtraídos do povo. A liberdade sindical e o direito de greve foram arrebatados à classe operária.

Para conter resistências a tais condições de opressão e injustiça, a violação desses direitos humanos é excedida por atos de violência ainda maior. O terrorismo oficial instituiu o controle através da espionagem interna e da polícia secreta, num crescente domínio do Estado sobre a vida particular dos cidadãos, recorrendo com frequência à tortura e ao assassinato [...].

Não pode a Igreja ficar indiferente diante de tudo que foi exposto e aí está, numa configuração humana que, pelos aspectos psicológicos e morais na realidade, ainda é muito mais pungente e dramática. Por vocação divina, pertencemos à cepa daqueles que devem se comprometer com os que são marginalizados, porquanto também nós, integrados na raça humana, somos cercados de enfermidade. (Cf. Hb 5,2). Nossa consciência cristã, por conseguinte, como a de Pedro e a dos Apóstolos no começo da Igreja, não nos permitiu calar (Cf. At 4,19-20).

### **TEXTO 13**

#### **A Igreja e as organizações políticas populares**

*Terceira Carta Pastoral de Santo Oscar Romero, 06 de Agosto de 1978*

Pode-se pensar com razão que esta proliferação de organizações populares constitui, entre nós, um daqueles “sinais dos tempos” que desafiam a Igreja a desenvolver a sua capacidade e a sua obrigação de discernimento e orientação à luz da Palavra de Deus que foi confiado para aplicar aos problemas da história [...].

A partir de dois níveis, as relações da Igreja com as organizações populares podem ser consideradas: em níveis mais concretos e em um nível mais fundamental.

Em níveis mais concretos, e que dependem muito de situações e processos históricos, isto é, quando deve assessorar ou aconselhar quem pede orientação evangélica sobre compromissos políticos específicos, a Igreja deve estudar pastoralmente a situação em cada caso, respeitar um legítimo pluralismo de soluções, sem se identificar com nenhuma delas porque deve respeitar também a autonomia das opções políticas mais concretas.

Sobre o nível fundamental da relação da Igreja com qualquer tipo de organização humana que tenha objetivos de demandas sociais e políticas, queremos declarar estes três princípios relacionados ao nosso problema:

#### **1. A natureza própria da Igreja**

O primeiro princípio que queremos recordar é retirado textualmente do Concílio Vaticano II: «A própria missão que Cristo confiou à sua Igreja não é de ordem política, econômica ou social. O fim que ele atribuiu é de ordem religiosa. Mas justamente a partir disso da mesma missão religiosa

derivam funções, luzes e energias que podem servir para estabelecer e consolidar a comunidade humana segundo a lei divina» (GS, 42) [...].

Portanto, não se deve perder de vista esta tarefa específica da Igreja: a evangelização que pela Palavra de Deus cria uma comunidade-Igreja unida entre si e com Deus através dos sinais sacramentais, sendo o principal deles a Eucaristia. Por isso o Concílio sintetiza: «A Igreja está em Cristo como sacramento, isto é, sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano» (LG, 1) [...].

É isso que a Igreja tem feito em seus planos pastorais: congregar os homens em torno da Palavra de Deus e da Eucaristia. E não podemos renunciar a este direito, que é também um dever exigido pela própria natureza e missão da Igreja. A estes planos pastorais pertence o nosso esforço de criar e promover comunidades eclesiais de base (CEBs). É o tipo de comunidade organizada que surge em torno da Palavra de Deus que convoca, sensibiliza e exige; e em torno da Eucaristia e de outros sinais sacramentais para celebrar a vida, morte e ressurreição de Jesus, celebrando o esforço humano para se abrir ao dom de uma humanidade melhor. Estas comunidades eclesiais de base, disse Paulo VI, “nascem da necessidade de viver com mais intensidade a vida da Igreja; ou do desejo e busca de uma dimensão mais humana que as maiores comunidades eclesiais dificilmente podem oferecer [...]. Estas comunidades são um lugar de evangelização, em benefício das comunidades maiores, especialmente das Igrejas particulares, e uma esperança para a Igreja universal» (EN, 58) [...].

Caso surjam vocações políticas na comunidade eclesial, a Igreja já não tem um papel específico quanto aos meios concretos escolhidos para alcançar uma sociedade mais justa. Respeitada a autonomia da política, continuará a manter-se na sua fisionomia especificamente eclesial, conforme a descreve [...].

## 2. A Igreja ao serviço do povo

O segundo princípio que devemos declarar é que a Igreja tem uma missão de serviço ao povo. Precisamente da sua identidade e missão especificamente religiosas “derivam funções, luzes e energias que podem servir para estabelecer e consolidar a comunidade humana segundo a lei divina” (GS, 42). Cabe à Igreja recolher tudo o que há de humano na causa e na luta do povo, principalmente dos pobres. A Igreja identifica-se com a causa dos pobres quando estes reclamam os seus legítimos direitos. Em

nosso país, esses direitos, na maioria das vezes, são apenas direitos de sobrevivência, de sair da miséria [...].

Esta solidariedade com objetivos justos não está condicionada a certas organizações. Quer se digam cristãos ou não, sejam protegidos, legal ou efetivamente, pelo governo ou sejam independentes ou contrários a ele, a Igreja só está interessada em uma condição: que o objetivo da luta seja justo para apoiá-la desde o força de seu Evangelho. Bem como denunciar com imparcialidade sincera o que há de injusto em qualquer organização onde seja detectado [...].

### 3. Inserção de esforços libertadores na salvação cristã

Este é o terceiro princípio que, a nível fundamental, orienta a nossa reflexão sobre as relações entre a Igreja e as organizações populares. Essas organizações são esforços para as demandas sociais, econômicas e políticas do povo, especialmente dos camponeses. A Igreja, dissemos, encoraja e alimenta os justos desejos de organização e apoia, no que é justo, suas reivindicações. Mas o serviço da Igreja a estes legítimos esforços de libertação não seria completo se não os iluminasse com a luz da sua fé e da sua esperança cristã, enquadrando-os no desígnio global de salvação operada pelo redentor Jesus Cristo.

O desígnio global de libertação que a Igreja proclama: a) abrange o homem inteiro, em todas as suas dimensões, incluindo a sua abertura ao absoluto que é Deus. Está, portanto, ligada a uma certa concepção do homem, uma concepção que não pode ser sacrificada às exigências de qualquer estratégia, práxis ou sucesso a curto prazo; b) centra-se no reino de Deus; Não limita a sua missão apenas ao campo religioso, mas «reafirma o primado da vocação espiritual do homem» e anuncia a salvação em Jesus Cristo; c) nasce de uma visão evangélica do homem, fundamenta-se em profundas motivações de justiça na caridade, comporta uma dimensão verdadeiramente espiritual e tem como meta última a salvação e a felicidade em Deus; d) requer uma conversão do coração e da mente e não se contenta apenas com a mudança de estruturas; e) e exclui a violência, considera-a “não cristã nem evangélica”, ineficaz e contrária à dignidade das pessoas (cf. EN, 33-37) [...].

## **TEXTO 14**

### **Defensores e promotores da dignidade humana**

Se a Igreja se afirma presente na defesa e na promoção da dignidade do homem, fá-lo na linha da sua missão, que apesar de ser de carácter religioso, e não social ou político, não pode deixar de considerar o homem na integridade do seu ser. O próprio Senhor delineou na parábola do Bom Samaritano o modelo da atenção a todas as necessidades humanas; e, mais, declarou que no juízo final se identificará com os desvalidos — enfermos, encarcerados, famintos, solitários — a quem se tenha dado a mão. A Igreja aprendeu nestas e noutras páginas do Evangelho que a sua missão implica como parte indispensável a ação em prol da justiça e as tarefas de promoção do homem e que entre evangelização e promoção humana existem laços muito fortes de carácter antropológico e teológico e da ordem da caridade; de maneira que «a evangelização não seria completa se ela não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social, dos homens» [...].

Não é, pois, por oportunismo nem por uma preocupação de novidade que a Igreja «perita em humanidade», é defensora dos direitos humanos. É sim por um autêntico compromisso evangélico, o qual, como sucedeu com Cristo, é empenho em favor dos mais necessitados. Fiel a este compromisso, a Igreja quer manter-se livre diante de sistemas opostos, a fim de optar só pelo homem. Quaisquer que sejam as misérias ou sofrimentos que aflijam o mesmo homem, Cristo está ao lado dos pobres; não através da violência, dos jogos de poder e dos sistemas políticos, mas sim mediante a verdade sobre o homem, caminho para um futuro melhor [...].

É então que reveste um carácter de urgência o ensinamento da Igreja, segundo a qual sobre toda a propriedade grava uma hipoteca social. Com respeito a este ensinamento, a Igreja tem uma missão a cumprir: deve pregar, educar as pessoas e as coletividades. Formar a opinião pública e iluminar os responsáveis dos povos. Deste modo, ela estará a trabalhar em favor da sociedade, no seio da qual este princípio cristão e evangélico acabará por dar frutos, numa distribuição mais justa e equitativa dos bens, não apenas no interior de cada nação, mas também no mundo em geral, evitando que os Países mais fortes usem do seu poderio em detrimento dos mais débeis [...].

Cristo não ficou indiferente perante este vasto e exigente imperativo da moral social. Também a Igreja não poderia ficar indiferente. No espírito da Igreja, que é o espírito de Cristo, voltemos ao trabalho neste campo [...].

Quando Paulo VI declarava que «o desenvolvimento é o novo nome da paz», ele tinha presentes todos os laços de interdependência que existem não somente dentro das Nações mas também fora delas, a nível mundial. Ele tomava em consideração os mecanismos que, por se encontrarem impregnados, não de autêntico humanismo, mas sim de materialismo, geram, a nível internacional, ricos cada vez mais ricos ao lado de pobres cada vez mais pobres [...].

Depois de tudo o que vos disse até aqui, a Igreja vê com profunda mágoa «o aumento, por vezes maciço, de violações de direitos humanos em muitas partes do mundo ... Quem poderá negar que hoje em dia há pessoas individuais e poderes civis que violam impunemente direitos fundamentais da pessoa humana, tais como o direito a nascer, o direito à vida, o direito à procriação responsável, ao trabalho, à paz, à liberdade e à justiça social, o direito a participar nas decisões que dizem respeito ao povo e às nações? E que dizer quando nos encontramos perante formas variadas de violência coletiva, como a discriminação racial de indivíduos e de grupos, a tortura física e psicológica de prisioneiros e de dissidentes políticos? E o elenco aumenta quando nos é dado ver os exemplos de sequestros de pessoas, os raptos motivados pela ganância do lucro material, que investem com tão grande dramaticidade contra a vida familiar e contra o tecido social». Assim, bradamos novamente: respeitai o homem! Ele é a imagem de Deus! Evangelizai para que isto seja uma realidade e para que o Senhor transforme os corações e humanize os sistemas políticos e econômicos, partindo do empenho responsável do homem.

## **TEXTO 15**

### **Opção preferencial pelos pobres**

*Documento de Puebla, 4ª Parte, Cap. I.*

A Conferência de Puebla volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres, não obstante os desvios e interpretações com que alguns desvirtuaram o espírito

de Medellín, e o desconhecimento e até mesmo a hostilidade de outros. Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação [...].

A denúncia profética da Igreja e seus compromissos concretos com o pobre causaram-lhe, em não poucos casos, perseguições e vexames de vários tipos: os próprios pobres têm sido as primeiras vítimas de tais vexames [...].

Na Igreja da América Latina, nem todos nos temos comprometido bastante com os pobres; nem sempre nos preocupamos com eles e somos com eles solidários. O serviço do pobre exige, de fato, uma conversão e purificação constante, em todos os cristãos, para conseguir-se uma identificação cada dia mais plena com Cristo pobre e com os pobres.

O compromisso evangélico da Igreja, como disse o papa, deve ser como o de Cristo: um compromisso com os mais necessitados (cf. Lc 4,18-21; Discurso Inaugural, III, 3). Por conseguinte, a Igreja deve ter os olhos em Cristo quando se pergunta qual há de ser a sua ação evangelizadora. O Filho de Deus demonstrou a grandeza deste compromisso ao fazer-se homem, pois identificou-se com os homens tornando-se um deles, solidário com eles e assumindo a situação em que se encontram, em seu nascimento, em sua vida e, sobretudo, em sua paixão e morte, na qual chegou à expressão máxima da pobreza.

Só por este motivo, os pobres merecem uma atenção preferencial, seja qual for a situação moral ou pessoal em que se encontrem. Criados à imagem e semelhança de Deus para serem seus filhos, esta imagem faz obscurecida e também escarnecida. Por isso Deus toma sua defesa e os ama. Assim é que os pobres são os primeiros destinatários da missão e sua evangelização é o sinal e prova por excelência da missão de Jesus.

O compromisso com os pobres e oprimidos e o surgimento das Comunidades de Base ajudaram a Igreja a descobrir o potencial evangelizador dos pobres, enquanto estes a interpelam constantemente, chamando-a à conversão e porque muitos deles realizam em sua vida os valores evangélicos de solidariedade, serviço, simplicidade e disponibilidade para acolher o dom de Deus.

Para viver e anunciar a exigência da pobreza cristã, a Igreja deve rever suas estruturas e a vida de seus membros, sobretudo dos agentes de pastoral, com vistas a uma conversão efetiva. Esta conversão traz consigo a exigência de um estilo de vida austero e

uma total confiança no Senhor, já que na sua ação evangelizadora a Igreja contará mais com o ser e poder de Deus e de sua graça do que com o “ter mais” e o poder secular. Assim, apresentará uma imagem autenticamente pobre, aberta a Deus e ao irmão, sempre disponível, onde os pobres têm capacidade real de participação e são reconhecidos pelo valor que têm.

## TEXTO 16

### **Cessem a repressão!**

*Penúltima homilia de São Romero, proferida no dia 23 de março de 1980, dia anterior ao seu assassinato.*

Queridos irmãos, seria interessante agora fazer uma análise, mas não quero abusar do seu tempo, do que significaram estes meses de um novo governo que justamente quis nos tirar destes ambientes horríveis e se o que ele quer é decapitar a organização popular e impedir o processo que o povo deseja, não pode fazer avançar outro processo. Sem suas raízes no povo, nenhum governo pode ser eficaz, muito menos quando quer implantá-las pela força do sangue e da dor...

Gostaria de fazer um apelo especial aos homens do exército, e concretamente às bases da guarda nacional, à polícia, aos quartéis.

Irmãos, são da nossa mesma cidade, matam os mesmos irmãos camponeses e antes de uma ordem de matar dada por um homem, deve prevalecer a Lei de Deus, que diz: NÃO MATAR... Nenhum soldado é obrigado a obedecer a uma ordem contra a Lei de Deus... Uma lei imoral, ninguém tem que cumprir... É hora de eles recuperarem a consciência e obedecerem à sua consciência ao invés da ordem do pecado... A Igreja, defensora da vontade de Deus direitos, da Lei de Deus, da dignidade humana, da pessoa, não podem calar-se diante de tanta abominação. Queremos que o Governo leve a sério que de nada servem as reformas se estão manchadas de tanto sangue... Em nome de Deus, pois, e em nome deste povo sofrido, cujos lamentos sobem ao céu cada dia mais tumultuosos, lhes suplico, lhes rogo, lhes ordeno em nome de Deus: PAREM COM A REPRESSÃO!

A Igreja prega a sua libertação como a estudamos hoje na Bíblia Sagrada, uma libertação que tem sobretudo o respeito pela dignidade da pessoa, a salvação do bem comum do povo e a transcendência que olha sobretudo para Deus e somente de Deus deriva sua esperança e sua força.



## TEXTO 17

### O bolo não foi dividido

*Crônica de Dom Hélder Câmara, 02.12.1980 – Programa de Rádio “Um olhar sobre a cidade”*

Meus queridos amigos,

Está no Livro Santo esta palavra: “Quem não quiser trabalhar não tem direito de comer”. E que pensar, meu Deus, de quem se mata de trabalhar e leva para casa um salário de fome e de morte?...

Com toda calma, com toda delicadeza, gostaria de convidar todos os cristãos e todas as cristãs que andam tristes com a Igreja, achando que ela está esquecendo as grandes verdades da fé, para meter-se em política, e vive tratando de assuntos de que não entende, gostaria de pedir que se dessem a certos cuidados, dos quais apontarei alguns exemplos:

Tem uma ideia de quantas favelas existem no chamado Grande Recife? Já visitaram, por dentro, com olhos de ver e ouvir, algumas de nossas favelas? Encontramos pessoas sem trabalhar, já experimentaram ajudar a encontrar trabalho para quem quer trabalho e não encontra?

Já fizeram a experiência de verificar que feira se pode fazer com um salário mínimo, salvando o dinheiro do aluguel do mocambo? Já perguntaram, em secretarias dos governos, quantas famílias não têm nem um salário mínimo? E quantas têm um? E quantas têm dois salários mínimos? Já perguntaram, em secretarias do governo, quantas pessoas sem trabalho temos no Grande Recife?

Minha irmã e meus irmãos em Cristo, que andam tristes com a Igreja, achando que ela só cuida de política e não pensa mais nos sacramentos, na pregação contra o pecado, na lembrança de vida eterna, lembrem-se de Nossa Senhora nas Bodas de Caná: ela pediu um milagre a seu Divino Filho e Nosso Salvador, Jesus Cristo, porque viu que ia faltar vinho para os convidados. Que estará fazendo, Nossa Senhora, vendo a fome atingindo — não se espante! — milhões em nossa cidade e em nosso Nordeste! E gente sem trabalho! E gente sem casa!

Política, queridas irmãs e queridos irmãos em Cristo, não é só política partidária. Política é, antes de tudo, preocupação com grandes problemas humanos e com os direitos fundamentais do homem. Cristo veio trazer paz ao mundo. Pode haver paz se as injustiças só fazem crescer? Não vão na

onda de quem diz que primeiro é preciso preparar o bolo, para depois dividi-lo... O bolo já está preparado e está sendo comido.

Sem querer de modo algum pregar ódio ou violência, permitam mais um conselho irmão, nesta hora em que há tanta gente na miséria e na fome, procurem saber, mais de perto e mais de dentro, o que anda acontecendo no mundo das mordomias!...

## TEXTO 18

### **O alimento da verdade e a indigência do homem**

*Papa Bento XVI, Exortação Apostólica Sacramentum Caritatis, n 90.*

Não podemos ficar inativos perante certos processos de globalização, que não raro fazem crescer desmesuradamente a distância entre ricos e pobres a nível mundial. Devemos denunciar quem delapida as riquezas da terra, provocando desigualdades que bradam ao céu (Tg 5,4). Por exemplo, é impossível calar diante das « imagens impressionantes dos grandes campos de deslocados ou refugiados — em várias partes do mundo — amontoados em condições precárias para escapar a sorte pior, mas carecidos de tudo. Porventura estes seres humanos não são nossos irmãos e irmãs? Os seus filhos não vieram ao mundo com os mesmos legítimos anseios de felicidade que os outros?». O Senhor Jesus, pão de vida eterna, incita a tornarmo-nos atentos às situações de indigência em que ainda vive grande parte da humanidade: são situações cuja causa se fica a dever, frequentemente, a uma clara e preocupante responsabilidade dos homens. De facto, « com base em dados estatísticos disponíveis, pode-se afirmar que bastaria menos de metade das somas imensas globalmente destinadas a armamentos para tirar, de forma estável, da indigência o exército ilimitado dos pobres. Isto interpela a consciência humana. Às populações que vivem sob o limiar da pobreza, mais por causa de situações que dependem das relações internacionais políticas, comerciais e culturais do que por circunstâncias incontrolláveis, o nosso esforço comum verdadeiramente pode e deve oferecer-lhes nova esperança».

O alimento da verdade leva-nos a denunciar as situações indignas do homem, nas quais se morre à míngua de alimento por causa da injustiça e da exploração, e dá-nos nova força e coragem para trabalhar sem descanso na edificação da civilização do amor. Desde o princípio, os cristãos tiveram a preocupação de partilhar os seus bens (At 4, 32) e de ajudar os pobres (Rm

15,26). O peditório que se realiza nas assembleias litúrgicas constitui viva reminiscência disso mesmo, mas é também uma necessidade muito atual. As instituições eclesiais de beneficência, de modo particular a Caritas nos seus vários níveis, realizam o valioso serviço de auxiliar as pessoas em necessidade, sobretudo os mais pobres. Tirando inspiração da Eucaristia, que é o sacramento da caridade, aquelas tornam-se a sua expressão concreta; por isso, merecem todo o aplauso e estímulo pelo seu empenho solidário no mundo.

## TEXTO 19

### A dimensão social da Evangelização

*Papa Francisco, Exortação Apostólica Evangelii Gaudium, n 49, 176, 180, 197,198, 201.*

Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças. Não quero uma Igreja preocupada com ser o centro, e que acaba presa num emaranhado de obsessões e procedimentos. Se alguma coisa nos deve santamente inquietar e preocupar a nossa consciência é que haja tantos irmãos nossos que vivem sem a força, a luz e a consolação da amizade com Jesus Cristo, sem uma comunidade de fé que os acolha, sem um horizonte de sentido e de vida. Mais do que o temor de falhar, espero que nos mova o medo de nos encerrarmos nas estruturas que nos dão uma falsa proteção, nas normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos, enquanto lá fora há uma multidão faminta e Jesus repete-nos sem cessar: «Dai-lhes vós mesmos de comer» (Mc 6, 37) [...].

Evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo [...]. trata-se de amar a Deus, que reina no mundo. Na medida em que Ele conseguir reinar entre nós, a vida social será um espaço de fraternidade, de justiça, de paz, de dignidade para todos. Por isso, tanto o anúncio como a experiência cristã tendem a provocar consequências sociais [...].

No coração de Deus, ocupam lugar preferencial os pobres, tanto que até Ele mesmo «Se fez pobre» (2Cor 8,9). Todo o caminho da nossa redenção está assinalado pelos pobres. Esta salvação veio a nós, através do «sim» duma jovem humilde, duma pequena povoação perdida na periferia dum

grande império. O Salvador nasceu num presépio, entre animais, como sucedia com os filhos dos mais pobres; foi apresentado no Templo, juntamente com dois pombinhos, a oferta de quem não podia permitir-se pagar um cordeiro (cf. Lc 2,24; Lv 5,7); cresceu num lar de simples trabalhadores, e trabalhou com suas mãos para ganhar o pão. Quando começou a anunciar o Reino, seguiam-No multidões de deserdados, pondo assim em evidência o que Ele mesmo dissera: «O Espírito do Senhor está sobre Mim, porque Me ungiu para anunciar a Boa Nova aos pobres» (Lc 4,18). A quantos sentiam o peso do sofrimento, acabrunhados pela pobreza, assegurou que Deus os tinha no âmago do seu coração: «Felizes vós, os pobres, porque vosso é o Reino de Deus» (Lc 6,20); e com eles Se identificou: «Tive fome e destes-Me de comer», ensinando que a misericórdia para com eles é a chave do Céu (cf. Mt 25,34-40).

Para a Igreja, a opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica. Deus «manifesta a sua misericórdia antes de mais» a eles. Esta preferência divina tem consequências na vida de fé de todos os cristãos, chamados a possuírem «os mesmos sentimentos que estão em Cristo Jesus» (Fl 2, 5). Inspirada por tal preferência, a Igreja fez uma opção pelos pobres, entendida como uma «forma especial de primado na prática da caridade cristã, testemunhada por toda a Tradição da Igreja». Como ensinava Bento XVI, esta opção «está implícita na fé cristológica naquele Deus que Se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza». Por isso, desejo uma Igreja pobre para os pobres. Estes têm muito para nos ensinar. Além de participar do *sensus fidei*, nas suas próprias dores conhecem Cristo sofredor. É necessário que todos nos deixemos evangelizar por eles. A nova evangelização é um convite a reconhecer a força salvífica das suas vidas, e a colocá-los no centro do caminho da Igreja. Somos chamados a descobrir Cristo neles: não só a emprestar-lhes a nossa voz nas suas causas, mas também a ser seus amigos, a escutá-los, a compreendê-los e a acolher a misteriosa sabedoria que Deus nos quer comunicar através deles [...].

Ninguém deveria dizer que se mantém longe dos pobres, porque as suas opções de vida implicam prestar mais atenção a outras incumbências. Esta é uma desculpa frequente nos ambientes académicos, empresariais ou profissionais, e até mesmo eclesiais. Embora se possa dizer, em geral, que a vocação e a missão próprias dos fiéis leigos é a transformação das diversas

realidades terrenas para que toda a atividade humana seja transformada pelo Evangelho, ninguém pode sentir-se exonerado da preocupação pelos pobres e pela justiça social.

## TEXTO 20

### Uma bênção para a humanidade

*Discurso do papa Francisco no 1º Encontro Internacional dos Movimentos Populares, Roma 28.10.2014.*

Mas como é agradável quando se veem em movimento povos e sobretudo os seus membros mais pobres e os jovens. Então sim, sente-se o vento de promessa que reacende a esperança num mundo melhor. Que este vento se transforme em furacão de esperança. Eis o meu desejo [...].

É estranho, mas se falo disto para alguns o Papa é comunista. Não se compreende que o amor pelos pobres está no centro do Evangelho. Terra, casa e trabalho, aquilo pelo que lutais, são direitos sagrados. Exigi-lo não é estranho, é a doutrina social da Igreja [...].

Nunca se deve esquecer que Jesus nasceu num estábulo porque não havia lugar nas estalagens, que a sua família teve que abandonar a própria casa e fugir para o Egito, perseguida por Herodes [...]. Queridos irmãos e irmãs: continuai a vossa luta, fazei o bem para todos nós. É como uma bênção de humanidade [...].

Os pobres não só suportam a injustiça, mas também lutam contra ela! [...] Não se contentam com promessas ilusórias, desculpas ou álibis. Nem sequer estão à espera de braços cruzados da ajuda de Ongs, planos assistenciais ou soluções que nunca chegam, ou que, se chegam, fazem-no de maneira a ir na direção de anestesiar ou domesticar, o que é bastante perigoso [...]. Tendes os pés na lama e as mãos na carne. O vosso cheiro é de bairro, de povo, de luta! [...].

Queremos que a vossa voz seja ouvida, a qual, normalmente, é pouco escutada. Talvez porque incomoda, talvez porque o vosso grito incomoda, talvez porque se tem medo da mudança que vós pretendes [...]. Não se pode enfrentar o escândalo da pobreza promovendo estratégias de contenção que só tranquilizam e transformam os pobres em seres domesticados e inofensivos [...].

Solidariedade... É também lutar contra as causas estruturais da pobreza, a desigualdade, a falta de trabalho, a terra e a casa, a negação dos direitos sociais e laborais... A solidariedade, entendida no seu sentido mais profundo, é uma forma de fazer história e é isto que os movimentos populares fazem [...]. A monopolização de terras, a desflorestação, a apropriação da água, os pesticidas inadequados, são alguns dos males que arrancam o homem da sua terra natal [...].

A fome é criminosa, a alimentação é um direito inalienável [...]. Por favor, continuai a lutar pela dignidade da família rural, pela água, pela vida e para que todos possam beneficiar dos frutos da terra [...]. É curioso como abundam os eufemismos no mundo das injustiças. Não se usam as palavras exatas, e procura-se a realidade no eufemismo... em geral por detrás de um eufemismo esconde-se um delito [...]. Como faz mal ouvir que as povoações pobres são marginalizadas ou, pior ainda, que as querem deslocar! São cruéis as imagens dos despejos, das gruas que abatem barracas, imagens tão parecidas com as da guerra. E hoje vê-se isto [...]. Aqueles projetos que pretendem envernizar de novo os bairros pobres, embelezar as periferias e ‘disfarçar’ as feridas sociais em vez de as curar [...]

O desemprego juvenil, a informalidade e a falta de direitos laborais não são inevitáveis, são o resultado de uma prévia opção social, de um sistema económico que põe os benefícios acima do homem [...]. Hoje desejo unir a minha voz à deles e acompanhá-los na luta [...]. Nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhuma pessoa sem a dignidade que provém do trabalho [...].

Alguns de vós disseram: este sistema já não funciona. Devemos mudá-lo, devemos voltar a pôr a dignidade humana no centro e sobre aquele pilar devem ser construídas as estruturas sociais alternativas das quais precisamos [...].

## TEXTO 21

*Discurso do papa Francisco no 2º Encontro Internacional dos Movimentos Populares, Bolívia 09.07.2015.*

Soube também, pelo Pontifício Conselho ‘Justiça e Paz’ presidido pelo Cardeal Turkson, que são muitos na Igreja aqueles que se sentem mais próximos dos movimentos populares. Muito me alegro por isso! Ver a Igreja

com as portas abertas a todos vós, que se envolve, acompanha e consegue sistematizar em cada diocese, em cada comissão ‘Justiça e Paz’, uma colaboração real, permanente e comprometida com os movimentos populares [...].

A Bíblia lembra-nos que Deus escuta o clamor do seu povo e também eu quero voltar a unir a minha voz à vossa: os famosos três “T”: terra, teto e trabalho para todos os nossos irmãos e irmãs. Disse-o e repito: são direitos sagrados. Vale a pena, vale a pena lutar por eles. Que o clamor dos excluídos seja escutado na América Latina e em toda a terra [...].

A Igreja não pode nem deve ficar alheia a este processo no anúncio do Evangelho. Muitos sacerdotes e agentes pastorais realizam uma tarefa imensa acompanhando e promovendo os excluídos de todo o mundo, ao lado de cooperativas, dando impulso a empreendimentos, construindo casas, trabalhando abnegadamente nas áreas da saúde, desporto e educação [...].

No coração, tenhamos sempre a Virgem Maria, uma jovem humilde duma pequena aldeia perdida na periferia dum grande império, uma mãe sem teto que soube transformar um curral de animais na casa de Jesus com uns pobres paninhos e uma montanha de ternura [...].

Que posso fazer eu, recolhedor de papelão, catador de lixo, limpador, reciclador, frente a tantos problemas, se mal ganho para comer? Que posso fazer eu, artesão, vendedor ambulante, carregador, trabalhador irregular, se não tenho sequer direitos laborais? Que posso fazer eu, camponesa, indígena, pescador que dificilmente consigo resistir à propagação das grandes corporações?... Vós, os mais humildes, os explorados, os pobres e excluídos, podeis e fazeis muito. Atrevo-me a dizer que o futuro da humanidade está, em grande medida, nas vossas mãos... Não se acanhem! [...]

Vós sois semeadores de mudança... Se construídes sobre bases sólidas, sobre as necessidades reais e a experiência viva dos vossos irmãos, dos camponeses e indígenas, dos trabalhadores excluídos e famílias marginalizadas, de certeza não vos equivocareis [...]. Trata-se de devolver aos pobres e às pessoas o que lhes pertence... A propriedade, sobretudo quando afeta os recursos naturais, deve estar sempre em função das necessidades das pessoas... Não basta deixar cair algumas gotas, quando os pobres agitam este copo que, por si só, nunca derrama [...]. Vós sois poetas sociais [...].

O futuro da humanidade não está unicamente nas mãos dos grandes dirigentes, das grandes potências e das elites. Está fundamentalmente nas mãos dos povos; na sua capacidade de se organizarem e também nas suas mãos que regem, com humildade e convicção, este processo de mudança. Estou convosco [...]. Nenhuma família sem teto, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhum povo sem soberania, nenhuma pessoa sem dignidade, nenhuma criança sem infância, nenhum jovem sem possibilidades, nenhum idoso sem uma veneranda velhice [...].

Este sistema é insuportável: não o suportam os camponeses, não o suportam os trabalhadores, não o suportam as comunidades, não o suportam os povos.... E nem sequer o suporta a Terra, a irmã Mãe Terra, como dizia São Francisco [...]. Digamos NÃO a uma economia de exclusão e desigualdade, onde o dinheiro reina em vez de servir. Esta economia mata. Esta economia exclui. Esta economia destrói a Mãe Terra [...]. Este sistema atenta contra o projeto de Jesus, contra a Boa Nova que Jesus trouxe [...].

## **TEXTO 22**

*Discurso do papa Francisco no 3º Encontro Internacional dos Movimentos Populares, Roma 05.11.2016.*

Nós que hoje estamos aqui, de diferentes origens, credos e ideias, talvez não estejamos de acordo acerca de tudo, certamente pensamos de modo diverso sobre muitas coisas, mas sem dúvida estamos de acordo sobre estes pontos [...]. Vós caminhais por outra vereda que é local e, ao mesmo tempo, universal. Um caminho que me recorda como Jesus pediu para dispor a multidão em grupos de cinquenta, para lhes distribuir o pão [...].

Passava com os seus discípulos por um campo de sementeira. Os discípulos tinham fome e comeram algumas espigas. Nada se diz acerca do ‘dono’ daquele campo... o que lhe está subjacente é o destino universal dos bens. Certamente, diante da fome Jesus deu prioridade à dignidade dos filhos de Deus, sobre uma interpretação formalista, conciliante e interessada pela norma [...]. Curou a mão atrofiada de um homem. A mão, um sinal tão forte de ação, de trabalho. Jesus restituiu àquele homem a capacidade de trabalhar e, com ela, a sua dignidade. Quantas mãos atrofiadas, quantas pessoas desprovidas da dignidade do trabalho! Porque para defender sistemas injustos, os hipócritas opõem-se a tais curas [...].



Às vezes penso que quando vós, pobres organizados, inventais o vosso trabalho, criando uma cooperativa, recuperando uma fábrica falida, reciclando os descartes da sociedade consumista, enfrentando a inclemência do tempo para vender numa praça, reivindicando um pequeno pedaço de terra para cultivar e alimentar quem tem fome, quando fazeis isto imitais Jesus porque procurais curar, mesmo que seja só um pouco e de modo precário, esta atrofia do sistema socioeconómico imperante que é o desemprego [...]. Peço-vos que façais tudo o que for possível; e que nunca vos esqueçais que inclusive Jesus, Maria e José experimentaram a condição dramática dos refugiados [...].

Então, quem governa? O dinheiro. Como governa? Com o chicote do medo, da desigualdade, da violência financeira, social, cultural e militar que gera cada vez mais violência numa espiral descendente que parece infinita [...]. Este sistema é terrorista [...]. Este sistema atrofiado é capaz de fornecer algumas ‘próteses’ cosméticas que não constituem verdadeiros desenvolvimentos: crescimento da economia, progressos tecnológicos, maior ‘eficiência’ para produzir coisas que se compram, se usam e se abandonam, englobando-nos todos numa vertiginosa dinâmica do descarte [...].







**CÁRITAS**  
DIOCESANA DE  
LIMOEIRO DO NORTE